

RESPOSTA AOS ESCLARECIMENTOS

Prefeitura Municipal de São Pedro da Aldeia

90041/2024 - Processo 8874/2023

AO BANCO SANTANDER

N.º DA LICITAÇÃO: 90041/2024

QUESTIONAMENTOS PADRÕES FOPA

1. Considerando a existência da Administração Direta e Indireta, pedimos informar:

1. Será mais de um CNPJ parte do processamento da Folha?

Resposta: Sim, conforme item 01 do Edital e itens 01, 02 e 3.1 do correspondente Termo de Referência.

2. **Caso não**, qual a qualificação dos demais?

Resposta: Questionamento ininteligível, por haver mais de um CNPJ envolvido.

3. A entidade licitante tem legitimidade jurídica para licitar em nome desses demais CNPJ's?

Resposta: Sim.

4. Na existência de mais de um CNPJ, será firmado contrato individual para cada matriz fiscal ou serão todos abrangidos em um único contrato?

Resposta: Em que pesem os questionamentos e respostas anteriores, a contratação é única e somente com o Município(CNPJ principal do ente federativo da administração direta municipal).

5. Os pensionistas, aposentados e servidores inativos serão pagos pela entidade licitante ou por Instituto de Previdência? Caso seja pelo Instituto de Previdência, o mesmo estará no contrato de processamento de folha originado desta licitação?

Resposta: Os pensionistas, aposentados e servidores inativos serão pagos pelo Previspa - Instituto de Previdência Municipal, no entanto o contrato de processamento da folha será somente com o Município, conforme ANEXO XI do Edital.

2. Quanto ao pagamento da proposta vencedora da licitação, pergunta-se:

1. O valor deverá ser pago em banco público previamente informado pela entidade licitante? Diante disto, pedimos informar os dados bancários para efetivação do pagamento.

Resposta: A qualificação do Banco e os dados bancários da entidade licitante para efetivação do recebimento do valor ofertado na proposta vencedora, neste procedimento licitatório, serão informados em momento futuro oportuno.

2. Caso haja mais de uma CNPJ o pagamento deverá ser feito de forma segregada e proporcional? Se sim, pedimos que seja esclarecido as proporções e a forma com a qual será feita essa divisão.

Resposta: Quanto ao pagamento da proposta vencedora da licitação, o pagamento será realizado somente em favor do Município(CNPJ principal do ente federativo da administração direta municipal), ora contratante.

3. Considerando a complexidade para realização dos controles internos, podemos considerar que em caso de vitória do processo, o Banco vencedor poderá efetivar o pagamento da proposta no prazo de até 15 (quinze) dias úteis?

Resposta: Não, conforme item 15.1 do Edital e 15.1 do Termo de Referência, que possuem a mesma e seguinte redação, *in verbis*:

“(…)DO PAGAMENTO

O valor ofertado pelo vencedor deverá ser pago: em moeda corrente nacional, em duas parcelas iguais, sendo em 50% (cinquenta por cento) em até 10 (dez) dias após a assinatura do contrato, e os 50% (cinquenta por cento) restantes em até 30 (trinta) dias após o pagamento da primeira parcela. Os pagamentos das parcelas serão feitos em conta bancária a ser indicada pelo Município de São Pedro da Aldeia.(…)”

4. Em caso de Pregão Eletrônico que veda a identificação da licitante interessada, pedimos ratificar o nosso entendimento de que a utilização do mero papel timbrado, contendo as informações do representante da interessada não será considerada identificação, impedindo assim a desclassificação da instituição.

Resposta: Conforme Aviso de Licitação, a presente licitação será realizada no formato Pregão Presencial, motivo pelo qual inexistente fundamento/justificativa para formulação da presente indagação.

3. Pedimos ratificar nosso entendimento, durante o prazo do contrato:

- a. A instituição financeira vencedora terá exclusividade no processamento da folha?

Resposta: Sim.

- b. A instituição financeira vencedora terá exclusividade na utilização dos imóveis ocupados pela(s) entidades(s) envolvida(s) neste processo, bem

como exclusividade na realização de propaganda, divulgação e venda de produtos bancários?

Resposta: A instituição financeira vencedora não terá exclusividade na utilização dos imóveis ocupados pela(s) entidades(s) envolvida(s) neste procedimento licitatório, somente utilizará o espaço outorgado pelo Município para instalação do PAE, conforme item 9.5 do Termo de Referência e item 19.5 do Edital, bem como, só realizará as atribuições dos itens 2.1 e 2.2 do Termo de Referência e as atribuições do Edital, sem exclusividade na realização de propaganda, divulgação e venda de produtos bancários.

4. Considerando a complexidade da abertura das contas salário, pedimos informar qual o prazo de envio dos dados necessários para abertura das contas, sendo ele:

- a) i) Nome completo ii) Número de CPF e RG; iii) Data de Nascimento; iv) Sexo; v) Nacionalidade; vi) Naturalidade; vii) Endereço residencial completo, inclusive CEP; viii) Telefone com DDD; ix) Código da Profissão; x) Renda mensal; e xi) Nome completo da Mãe.

Resposta: Será informado, após assinatura do contrato, no prazo máximo de 10(Dez) dias, em meio digital, conforme itens 18.1, "X" e 19.8.1 do Edital c/c itens 9.8.1 e 11.10 do Termo de Referência.

5. Considerando que o site da Secretaria do Tesouro Nacional - STN disponibiliza um painel onde apresenta uma simulação da situação fiscal dos entes subnacionais a respeito de sua elegibilidade para obtenção de operação de crédito. Pergunta-se: esta entidade pública possui seus dados e informações contábeis atualizados junto à STN, com a respectiva atribuição de seu Rating? Caso não os tenha, qual é a providência que essa entidade pública tomará para obtenção de seu Rating atualizado?

Resposta: Sim. Possui.

6. Para a implantação da folha de pagamento é necessário que a entidade possua conta(s) corrente em titularidade de seu CNPJ, bem como a estruturação do Internet Banking Pessoa Jurídica, pelo qual os arquivos referentes a folha de pagamento trafegarão. Desta forma, pedimos que seja ratificado nosso entendimento que em até 5 dias da assinatura do contrato haverá a formalização e entrega dos documentos para abertura da(s) conta(s) mencionadas no canal Internet Banking Pessoa Jurídica.

Resposta: Sim. Será feito no respectivo prazo.

7. Considerando que para viabilização do acesso do cliente e seus usuários máster(es) e/ou secundário(s) no Internet Banking de instituição financeira é responsabilidade das entidades abrangidas na licitação a realização do 1.º cadastro (definição dos usuários Masters, Secundários, geração, emissão e assinatura do termo pelos responsáveis com poderes), bem como envio do Termo ao Atendimento Empresarial, indagamos se está correto o entendimento de que em até 1 (um) dia após abertura da conta corrente, tal

providência será realizada pelas entidades abrangidas na licitação, inclusive em relação a eventuais autarquias, fundações, sociedades de economia mista e empresas públicas, se houver e estiverem abrangidas no processo?

Resposta: Sim. Será feito.

8. A entidade licitante está ciente de que o atraso na abertura das contas correntes das entidades públicas pagadoras e a contratação do Internet Banking Pessoa Jurídica impactam no prazo de Implantação da Folha de Pagamento e que o não atendimento dos prazos poderá ensejar atrasos no início dos serviços e, por consequência, impactos negativos na equação econômico-financeira do contrato?

Resposta: Sim, ciente.

9. Tendo em vista que os pagamentos dos salários e benefícios, nos termos da Resolução 5058, do CMN-Bacen, deverão ocorrer por meio de crédito em conta salário, aderentes portanto às normas do Banco Central do Brasil, e que a abertura/movimentação da conta corrente é uma opção do servidor, todas as passagens do Edital e da minuta de contrato que mencionam que os créditos salariais e os benefícios serão pagos por conta corrente devem ser interpretados como crédito em conta salário? Sendo confirmado que se trata de conta salário, serão assegurados aos beneficiários dos créditos apenas as gratuidades previstas na Circular BACEN nº 3.338/06 (conta salário) e na Resolução CMN nº 3.919/10 (conta corrente).

Resposta: Questionamento ininteligível, motivo pelo qual não podemos respondê-lo adequadamente.

10. Está correto o entendimento de que os documentos poderão ser apresentados sem rubricas, sem numeração e sem apresentação de índice/sumário?

Resposta: Sim, uma vez que o Edital não faz tal exigência.

QUESTIONAMENTOS JURÍDICOS

11. Está correto que a vigência contratual será anotada e fará efeitos a partir da assinatura do contrato? Está correto que o indicativo do edital que condiciona a vigência ao mês de julho/24 será desconsiderado?

Resposta: Sim, será a partir da assinatura do contrato. Conforme resposta à primeira pergunta, a vigência se dará a partir de sua assinatura e não de julho/2024.

12. Sobre item 9.13.I.a, considerando que Instituições financeiras são empresas constituídas sob a forma de sociedades anônimas, cuja principal característica e a irrelevância do socio para a consecução das atividades empresariais, aliado ao fato de contarem com capital acionário pulverizado em bolsa, **revela-se equivocada exigência de documentos pessoais dos sócios. Pergunta-se: está correto que a juntada dos**

documentos pessoais dos diretores integrantes das licitantes é suficiente para atender o dispositivo em pauta?

Resposta: Sim, será necessária apenas a apresentação da documentação relativa aos representantes legais, nas pessoas dos seus diretores, juntamente com o atendimento dos demais itens da cláusula 9.13.I.

13. Considerando ampliação da concorrência e obtenção de proposta mais vantajosa ao interesse público, aliado a permissiva legal para juntada de documentos de habilitação da sede ou domicílio das licitantes e o fato do serviço licitado ser executado via sistema na sede das empresas, **pergunta-se: está correto que a licitante que participar em razão de sua sede pode apresentar documentos de habilitação relacionados somente aquela, dispensados, assim, documentos da rede de agências e filiais?**

Resposta: Sim.

14. Em relação as passagens do edital e anexos atreladas ao estorno/reversão de valores, considerado que a futura contratada atuará como mera mandatária da administração pública, aliado a existência de normativos que vedam a realização de lançamentos nas contas de correntistas bancários sem a prévia e expressão autorização dos mesmos e, ainda, procedimento específico constantes de lei vigente que relaciona a reversão de valores processados em benefício de servidor falecido, pergunta-se: está correto que eventual pedido de estorno/reversão de valor seguirá os termos e limites trazidos na legislação? Está correto que eventual estorno/reversão de crédito não relacionado a pessoa falecida ensejará a necessidade da administração pública obter sua prévia e expressão anuência com o lançamento? Está correto que o banco contratado não poderá realizar estornos/reversões que não sigam os exatos termos previstos em legislação específica e/ou não contem com a anúncia do correntista e/ou seu sucessor legal?

Resposta: Ater-se ao edital e a legislação vigente.

São Pedro da Aldeia, 12 de setembro de 2024.

Renaldo Martins Barreto
Secretário Municipal de Fazenda

Vivian de Carvalho Lobo
Secretária Municipal de Licitações, Contratos e Convênios